

**ATA DA 431ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 28 de julho de 2026, realizou-se, de forma virtual, pela plataforma Microsoft Teams, a 431ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, com a presença dos conselheiros listados ao final desta ata e de convidados. A pauta incluiu: análise da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CEPRAM, realizada em 31/03/2026; apresentação do panorama das Unidades de Conservação do Estado da Bahia; apresentação do Plano Estadual de Combate à Desertificação da Bahia; processo analisado na 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Recursal, realizada em 05/05/2026; indicação de representantes dos segmentos para atividade da SERIN; Informes; e O que ocorrer. A Secretária Executiva, Mariana Stefanelli Mascarenhas, iniciou a reunião, cumprimentando os presentes e informando que a reunião seria gravada para fins de registro e apoio à elaboração da ata, esclarecendo que a gravação não poderia ser compartilhada em razão da ausência de autorização para uso de imagem. Ressaltou, ainda, que a reunião havia sido convocada dentro do prazo regimental, com os documentos necessários para deliberação. Leila Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara questionou o propósito da atividade da SERIN, a fim de possibilitar a articulação interna dos segmentos antes da indicação dos representantes. Marília Gavazza – Assessora Técnica da Secretaria Executiva esclareceu que se tratava do Seminário Interconselhos, com o tema “Participação Social – relevância e perspectiva na atual conjuntura”, a ser realizado nos dias 04 e 05 de agosto, no Auditório do Instituto Anísio Teixeira – IAT. Informou que a iniciativa integra o PPA 2024/2027, no âmbito do Programa 444 – Bahia Participativa, e que o CEPRAM dispunha de seis vagas: uma para o Secretário Executivo ou equivalente, três para representantes da sociedade civil e duas para representantes do poder público. As indicações devem ser encaminhadas à SERIN até 28 de julho. Em seguida, passou-se à apresentação do panorama das Unidades de Conservação do Estado da Bahia, com a participação de Jeane Sofia Tavares, Diretora da Diretoria de Sustentabilidade e Conservação – DISUC/INEMA, e de Mateus Camilo, Coordenador da Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação – CGEUC/DISUC/INEMA. Mariana Mascarenhas solicitou que os conselheiros

34 registrassem seus questionamentos para manifestação ao final da exposição.
35 Mateus Camilo apresentou a estrutura da DISUC, composta pelas
36 Coordenações de Gestão de Unidades de Conservação – CGEUC, de
37 Biodiversidade – CGBIO e de Gestão de Fauna – CGFAU, destacando as
38 atribuições da CGEUC na gestão das 45 Unidades de Conservação estaduais.
39 Apresentou também informações do Cadastro Nacional de Unidades de
40 Conservação – CNUC, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do
41 Clima – MMA, e o panorama individual das unidades, incluindo categoria, área,
42 municípios abrangidos, bioma, situação dos Planos de Manejo e zoneamento e
43 funcionamento dos Conselhos Gestores. Destacou que as 45 Unidades de
44 Conservação estão distribuídas entre os grupos de Uso Sustentável e Proteção
45 Integral, apresentando diferentes situações quanto aos instrumentos de gestão
46 e à atuação dos Conselhos Gestores. Ressaltou que a gestão das unidades
47 possui características específicas e que a implementação dos instrumentos
48 básicos de gestão é condição necessária para o avanço das ações. Mariana
49 Mascarenhas agradeceu a apresentação e destacou a complexidade da gestão
50 das 45 Unidades de Conservação, considerando a extensão territorial do Estado.
51 Antes do início dos questionamentos, Jeane Tavares – Diretora da
52 DISUC/8INEMA ressaltou que, embora algumas unidades não disponham de
53 veículos próprios, são utilizados veículos do INEMA ou das Unidades Regionais,
54 não constituindo essa questão impedimento às atividades. Destacou como
55 principais desafios a carência de servidores, os instrumentos de gestão, a
56 formação e o funcionamento dos Conselhos Gestores e os Planos de Manejo.
57 Informou que existem 11 Planos de Manejo em fase de finalização, que deverão
58 ser submetidos à apreciação do CEPRAM. Ressaltou, ainda, ações de pesquisa
59 científica, atividades didáticas, visitação e disponibilização de infraestrutura aos
60 visitantes. Na sequência, os conselheiros apresentaram seus questionamentos
61 e contribuições. Gustavo Hess – GAMBÁ solicitou que, em oportunidade futura,
62 fosse apresentado ao Conselho o panorama das Unidades de Conservação em
63 processo de criação, mencionando a Serra da Chapadinha, a Serra da Jiboia e
64 a APA das Nascentes do Itapicuru. Questionou, ainda, a articulação do INEMA
65 com municípios, Unidades de Conservação municipais e federais e Territórios de
66 Identidade, defendendo maior atuação territorializada e integrada. Destacou a
67 necessidade de apoio aos municípios para implementação dos instrumentos de



68 gestão de suas unidades e de uma avaliação qualitativa das Unidades de
69 Conservação, além dos dados quantitativos. Questionou, também, a integração
70 entre INEMA, universidades e instituições de pesquisa. Sérgio Bastos – SINPEQ
71 ressaltou a importância de dados quantitativos e qualitativos sobre recursos
72 humanos e financeiros destinados à gestão das unidades. Questionou os
73 recursos disponíveis, a dedicação dos servidores e os custos anuais de gestão.
74 Indagou sobre a continuidade dos acordos de cooperação e a possibilidade de
75 concessão dos serviços de visitação. Destacou, ainda, que a criação de novas
76 Unidades de Conservação deveria considerar previamente os recursos
77 necessários à sua implementação e manutenção. Renato Cunha – GAMBÁ
78 defendeu o fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação, destacando
79 a existência de unidades sem Planos de Manejo, planos antigos que necessitam
80 de revisão, dificuldades de infraestrutura e carência de servidores. Ressaltou a
81 necessidade de maior prioridade governamental para a conservação da
82 sociobiodiversidade e destacou a relevância das Unidades de Conservação
83 diante do cenário de emergência climática. Manifestou, ainda, a expectativa pela
84 criação da REVIS Serra da Chapadinha. Mariana Mascarenhas reconheceu a
85 necessidade de continuidade da discussão e informou que a Câmara Técnica de
86 Biodiversidade – CTBIO poderá aprofundar as questões apresentadas. Quanto
87 às unidades em processo de criação, esclareceu que o tema poderá ser objeto
88 de apresentação específica. Em relação à concessão dos serviços de visitação,
89 informou que, naquele momento, o Estado não trabalhava com essa
90 possibilidade. Concordou, contudo, com a necessidade de avaliar os recursos e
91 as condições mínimas necessárias antes da criação de novas unidades. Mateus
92 Camilo destacou os desafios decorrentes da extensão territorial do Estado e
93 informou que o INEMA mantém ações de apoio aos municípios na criação e
94 gestão de Unidades de Conservação municipais. Relatou que, desde 2021,
95 aproximadamente seis municípios receberam apoio técnico nesse processo.
96 Informou que a equipe da CGEUC conta atualmente com 13 técnicos na sede,
97 além dos gestores que atuam diretamente nas unidades. Destacou as
98 articulações com universidades para elaboração de Planos de Manejo e a
99 necessidade de ampliar capacitações para gestores, técnicos e Conselheiros.
100 Informou que 38 das 45 Unidades de Conservação possuem Conselhos
101 Gestores ativos, com média de 30 a 40 membros por Conselho, e destacou

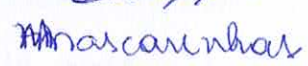
ações de capacitação desenvolvidas por meio do Programa FORMAR, da SEMA, além de iniciativa de capacitação de gestores em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ressaltou, ainda, a atuação em áreas de Mata Atlântica, inclusive nas unidades costeiras e marinhas, e as ações desenvolvidas em parceria com a SETUR para fortalecimento do turismo sustentável e dos planos de uso público. Jeane Tavares reconheceu os desafios apresentados e ressaltou a importância do diálogo com universidades, instituições de ensino e municípios. Informou que diversas instituições participam dos Conselhos Gestores e mencionou parcerias com a UFBA, por meio do Instituto de Biologia, e com a Universidade do Oeste. Quanto à articulação com os municípios, destacou a existência de conflitos decorrentes de incompatibilidades entre Planos de Manejo e Planos Diretores, ressaltando a contribuição do Programa Gestão Ambiental Compartilhada – GAC e dos consórcios públicos para o fortalecimento desse diálogo. Informou que a gestão das Unidades de Conservação é avaliada anualmente por meio do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão das Unidades de Conservação – SANGE, em parceria com o ICMBio, a partir do qual são estabelecidas prioridades e elaborados Planos de Ação para cada unidade. Ressaltou, ainda, que a DISUC dispõe de dados que poderão subsidiar levantamento dos custos de gestão das unidades. Mateus Camilo informou que o sistema estava temporariamente indisponível em razão de incidente de segurança e que, após seu restabelecimento, as informações seriam encaminhadas à Secretaria Executiva para compartilhamento com o Conselho. Rômulo Silva – Sindicato Rural de Gandú reforçou a necessidade de maior integração entre a gestão das Unidades de Conservação e o CEPRAM e sugeriu nova apresentação, na Plenária ou na CTBIO, com dados quantitativos e qualitativos. Questionou o funcionamento dos Conselhos Gestores na ausência de resolução do CEPRAM e de Plano de Manejo, o manejo das zonas de amortecimento e solicitou a apresentação do fluxo de elaboração dos Planos de Manejo, incluindo os novos planos e seus respectivos estágios. Godofredo Dantas – SINDILOJAS BAHIA considerou o panorama esclarecedor e defendeu o fortalecimento da gestão das 45 Unidades de Conservação existentes antes da criação de novas unidades. Manifestou preocupação com as APAs Bacia do Cobre/São Bartolomeu e Caraíva/Trancoso e questionou a articulação com as forças de segurança pública. Ressaltou a

136 necessidade de priorizar os instrumentos normativos das Unidades de
137 Conservação e sugeriu maior articulação com o Ministério Público para utilização
138 de recursos de TACs em ações como aquisição de veículos, estruturação das
139 unidades e elaboração ou atualização de Planos de Manejo. Luiz Vitor – IDEIA
140 manifestou preocupação com Planos de Manejo desatualizados e com as
141 frequentes solicitações de alterações de zoneamento e rezoneamento. Destacou
142 a necessidade de atualização cartográfica das Unidades de Conservação,
143 considerando as novas tecnologias de georreferenciamento e os riscos de
144 redução das áreas protegidas em processos associados a interesses
145 imobiliários. Sugeriu a realização de atualização cartográfica das unidades com
146 recursos disponíveis, inclusive do FERFA, e defendeu parcerias para elaboração
147 e atualização dos Planos de Manejo. Questionou, por fim, os critérios para
148 definição das sedes das APAs. Mateus Camilo informou que os dados
149 quantitativos e qualitativos sobre as Unidades de Conservação, incluindo
150 informações sobre Planos de Manejo, projetos e recursos, poderão ser
151 disponibilizados ao CEPRAM. Esclareceu que os Conselhos Gestores são
152 constituídos mediante processo eleitoral e posse dos conselheiros e que, nas
153 unidades sem Plano de Manejo, são realizadas ações de proteção,
154 monitoramento, fiscalização e apoio às comunidades, conforme a legislação.
155 Informou que os Planos de Manejo seguem metodologia participativa e que está
156 em desenvolvimento sistema informatizado para planejamento e
157 acompanhamento das ações. Quanto ao zoneamento, informou que está em
158 revisão a normativa referente às alterações pontuais, considerando as
159 especificidades de cada unidade e a adequação das poligonais às feições
160 naturais. Acrescentou que há projeto para atualização das poligonais, cuja
161 submissão ao FERFA está sendo avaliada, e que a minuta de resolução será
162 encaminhada à CTBIO. Sobre as sedes, esclareceu que são priorizados imóveis
163 públicos e, na ausência destes, procede-se à locação, observados os trâmites
164 administrativos e jurídicos. Jeane Tavares complementou informando que o
165 INEMA mantém parceria com a Polícia Militar em ações de fiscalização que
166 demandem acesso a áreas de maior vulnerabilidade, avaliadas caso a caso.
167 Quanto aos atos normativos, informou que o INEMA está revisando a normativa
168 referente à anuência prévia, em razão de alterações legislativas, e que existem
169 portarias internas regulamentando matérias específicas. Ressaltou que



170 empreendimentos de grande porte e outras situações específicas demandam
171 atuação do CEPRAM e aprovação de instrumento normativo próprio. Informou,
172 ainda, sobre a execução de Termo de Compromisso Socioambiental relacionado
173 ao Litoral Sul e ao Porto Sul, destinado ao fortalecimento das Unidades de
174 Conservação, e sobre a possibilidade de utilização de recursos de TACs para
175 elaboração de Planos de Manejo. Reiterou que 11 planos estão em fase de
176 finalização e que outras unidades já dispõem de recursos para sua elaboração,
177 ressaltando as limitações da equipe técnica e a disposição do INEMA para
178 articulação com o CEPRAM. Marília Gavazza – Assessora Técnica da Secretaria
179 Executiva agradeceu a Jeane Tavares e Mateus Camilo pela apresentação e
180 pelos esclarecimentos. Em razão do adiantado da hora e da impossibilidade de
181 Mariana Mascarenhas permanecer na reunião, informou a necessidade de
182 interromper a pauta e propôs a realização de reunião extraordinária, para a
183 conclusão dos pontos em pauta. A Plenária deliberou, contudo, pela não
184 realização de reunião extraordinária, ficando os pontos de pauta não apreciados
185 para a próxima Reunião Ordinária, em setembro. Na ocasião, foram definidas as
186 indicações dos segmentos para participação no Seminário Interconselhos:
187 Sociedade Civil – Renato Cunha e Gustavo Hess, ambos do GAMBÁ; Setor
188 Empresarial – Jorge Emanuel Cajazeira – PETROX DISTRIBUIDORA LTDA. e
189 Izabella Lopes Pacheco de Miranda – FIEB; Poder Público – Lis Correia Barreto
190 – SEDUR. Renato Cunha questionou a possibilidade de custeio da participação
191 de representante da Sociedade Civil do interior, ao que Marília Gavazza informou
192 que verificaria a possibilidade e posteriormente entraria em contato. Godofredo
193 Dantas sugeriu que a deliberação dos processos fosse priorizada como primeiro
194 ponto de pauta das próximas reuniões, considerando o longo período de
195 tramitação de alguns processos. Martin Mayr – ADES solicitou a inclusão, na
196 pauta da próxima Reunião Ordinária, de apresentação sobre os volumes de
197 captação de água outorgados pelo INEMA na região Oeste. Marília Gavazza
198 informou que ajustaria a pauta conforme a sugestão de Godofredo e verificaria
199 a possibilidade de inclusão da apresentação solicitada por Martin Mayr,
200 solicitando que o pedido fosse formalizado por e-mail. Caso não fosse possível
201 incluí-lo na reunião de setembro, o tema seria pautado na reunião ordinária de
202 novembro. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada. A presente ata
203 será assinada pelo Presidente e pela Secretaria Executiva.



- 204 **Presidente do CEPRAM:** Eduardo Mendonça Sodré Martins – SEMA 
- 205 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas – DIEAS/SEMA 
- 206 **Conselheiros presentes:**
- 207 Gildélia de Lacerda – SEINFRA
- 208 Amanda Santos Silva – SDE
- 209 Cristiane Soares Ferreira – SEPLAN
- 210 Lis Correia Barreto - SEDUR
- 211 Márcia Reis Bittencourt - UPB
- 212 Izabella Lopes Pacheco de Miranda – FIEB
- 213 Roberta Casali - SINDIBRITA
- 214 Aurinézio Calheira Barbosa- COFIC
- 215 Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ
- 216 Meryellen Baldim de Oliveira - SINDPACEL
- 217 Rogério Silva da Paixão – FERBA S.A
- 218 Alberto Carvalho de Oliveira Filho – SUZANO S.A
- 219 Jorge Emanuel Reis Cajazeira - PETROX DISTRIBUIDORA LTDA
- 220 Juçara Leão Tanajura – PETROBAHIA
- 221 Walter Schimmelpfeng – Solar Energia Locações e Instalações LTDA
- 222 Godofredo de Souza Dantas Neto – SINDILOJAS BAHIA
- 223 Rômulo Alexandrino da Silva – Sindicato Rural de Gandú
- 224 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais e Ibicoara
- 225 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 226 José Roberto Pedreira Franco Celestino - ABES
- 227 João Bosco Cavalcanti Ramalho – CREA/BA
- 228 Fábria Ribeiro Carvalho de Carvalho – COPIBA

- 229 Marjorie Cseko Nolasco – UEFS
- 230 Martin Mayr - ADES
- 231 Amanda dos Santos Carteador Silva - ADES
- 232 Gustavo Hees de Negreiros – GAMBÁ
- 233 Renato Pêgas Paes da Cunha – GAMBÁ
- 234 Luis Vitor Marsala – IDEIA
- 235 Marcos Antônio Costa Lemos – GRUPO NATUREZA BELA
- 236 Juan Sterfan Pereira Campos – OSCIP RIO LIMPO
- 237 Fernando Guimarães Borba – OSCIP RIO LIMPO